



**Ministério de Minas e Energia**  
**Secretaria Executiva**  
**Reunião GT MRE**

**Memória de Reunião**

**Data: 14 de novembro de 2017**

**Horário: 17h00**

**Tema da Reunião: GT MRE**

**Participantes: Listas Anexas**

**RESUMO DOS ASSUNTOS TRATADOS:**

Trata-se de reunião do GT MRE, com os representantes do CMSE, a respeito da aplicação integral da revisão das garantias físicas para o subgrupo de usinas cujas receitas não são afetadas por esta medida, a citar: as usinas hidrelétricas em regime de cotas da Lei nº 12.783/2013 que tenham toda a sua energia alocada ao mercado regulado e da UHE Itaipu.

A reunião foi aberta pelo Chefe da Assessoria Especial em Assuntos Regulatórios, Sr. Paulo Gabardo, que agradeceu a participação de todos e informou que o fechamento da Consulta Pública nº 36/2017 convergiu ser possível e recomendável avançar na alteração de normas regulamentares atualmente vigentes, de forma a viabilizar a proposta.

No mérito, a maioria dos representantes do CMSE foi favorável à proposta, mas apresentaram ressalvas quanto à temporalidade da sua viabilização, o que poderia impactar a previsibilidade desejada para a atuação do poder público, bem como reabrir discussões tratadas no processo de revisão ordinária de garantia física. Adicionalmente, foi ponderado que poderia ocorrer necessidade de retificação das informações de demanda para os próximos leilões de energia existente por parte das distribuidoras.

Com respeito à UHE Itaipu, foi ponderado também que a discussão sobre revisão de garantia física deveria ocorrer em conjunto com Ministério das Relações Exteriores, preservando a relação harmônica entre os interesses do Brasil e do Paraguai.

Por fim, foi destacada a importância de se acoplarem as tratativas de aplicação integral da revisão das garantias físicas destas usinas com a discussão sobre alocação de energia no MRE.

Dessa forma, houve os seguintes encaminhamentos:

- O GT MRE deve continuar conduzindo ações sobre revisão de garantia física e sobre o MRE, nos aspectos de alocação de energia e de expurgo dos riscos não hidrológicos;
- ANEEL e CCEE apresentarão na próxima reunião do GT os riscos que atualmente estão embutidos no MRE, para que haja discussão quanto ao que se entende por risco hidrológico;



- Deve haver discussão quanto à temporalidade da revisão integral da garantia física da UHE Itaipu, se concomitante ou não com a revisão do Anexo C do Tratado Brasil-Paraguai, bem como da temporalidade da revisão integral das usinas hidrelétricas em regime de cotas da Lei nº 12.783/2013 que tenham toda a sua energia alocada ao mercado regulado, que poderia ser coordenada ao processo de descotização.

## DOCUMENTAÇÃO ANEXA

1. Listas de Presença;